

***SUSTENTAE O FOGO QUE A VICTORIA É NOSSA!:* IMPRENSA
CLANDESTINA NO DISTRITO FEDERAL DURANTE A GUERRA
DE 1932**

***SUPPORT THE FIRE THAT VICTORY IS OUR!:* CLANDESTINE
PRESS IN THE FEDERAL DISTRICT DURING THE WAR OF 1932**

***SUSTENTAE EL FUEGO QUE LA VICTORIA ES NUESTRA!:*
PRENSA CLANDESTINA EN EL DISTRITO FEDERAL DURANTE
LA GUERRA DE 1932**

*Felipe Castanho Ribeiro*¹

Resumo

O presente trabalho pretende analisar a publicação e a circulação de uma imprensa clandestina no Distrito Federal durante a Guerra de 1932. Com a grande imprensa censurada, restava à oposição do Governo Provisório recorrer a estratégias subversivas para disseminar notícias que consideravam verídicas e condizentes com o seu posicionamento político. Ademais, a imprensa clandestina, além de divulgar notícias contrárias ao governo, verídicas ou não, também era utilizada como uma ferramenta política, ajudando a divulgar manifestos dos opositores e incitando a população carioca contra o governo de Getúlio Vargas. Neste sentido, durante este período, pudemos localizar dois clandestinos circulando na capital, os impressos *Nove de Julho* e o *A Estrella*.

Palavras-chave: Guerra de 1932; Distrito Federal; imprensa clandestina.

Abstract

The present work intends to analyze the publication and circulation of a press clandestine in the Federal District during the War of 1932. With the great press censored, there remained the opposition Interim Government resorting to subversive strategies to disseminate news that they considered true and consistent with your political positioning. Furthermore, the press clandestine, as well as report the news contrary to Government, true or not, was also used as a political tool, helping to spread the opposition manifests and inciting the population carioca against the Government of Getúlio Vargas. In this sense, during this period, we were able to locate two newspapers circulating in the capital, the printed *Nove de Julho* and *A Estrella*.

Keywords: War of 1932; Federal District; clandestine newspapers.

Resumen

El presente trabajo pretende analizar la publicación y circulación de periódicos clandestinos impresos en el Distrito Federal durante la guerra de 1932. Con el impreso grande censurados, quedaba a la oposición del Gobierno Provisional recurrir a estrategias subversivas para difundir noticias que consideran verdadera y coherente con su posicionamiento político. Además, la prensa clandestina, así como informar as noticias contra el gobierno, cierto o no, también fue

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira. Licenciado em História pelas Faculdades Integradas Simonsen. Especialista em História do Brasil pela Universidade Estácio de Sá. E-mail: fe.castanho@gmail.com.

utilizada como una herramienta política, ayudando a difundir los manifiestos de oposición e incitar a la población carioca contra el gobierno de Getúlio Vargas. En este sentido, durante este período, hemos podido localizar a dos polizones que circulan en la capital, el impreso *Nove de Julho* y *A Estrella*.

Palabras clave: Guerra de 1932; Distrito Federal; prensa clandestina.

Imprensa e censura no Governo Provisório

Desde o advento da Revolução de 1930, a imprensa como principal meio de comunicação de massa recebeu atenção especial por parte do Governo Provisório. Segundo Ana Luiza Martins e Tânia Regina de Luca, assim “que a vitória dos revoltosos foi confirmada, vários periódicos identificados com a chamada República Velha foram alvos de ataques e acabaram sendo empastelados” (MARTINS; LUCA, 2006, p. 54). Segundo estas autoras, já em meados de 1931, o governo criou o Departamento Oficial de Publicidade (DOP), subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Criado com o intuito de evitar notícias “alarmantes, infundadas e tendenciosas”, cada jornal contava com um membro deste departamento. Entretanto, mesmo com a criação do DOP, o governo passou a contar com uma série de jornais oposicionistas que passaram para a oposição com o acirramento da tensão política entre os anos de 1930 e 1932.¹ A presença de agentes do DOP não foi suficiente e os jornais utilizavam uma série de expedientes para conseguir burlar a censura. Foi neste contexto que o Governo Provisório decidiu reagir, criando periódicos próprios como *O Tempo*, em São Paulo, e *O Radical*, no Rio de Janeiro (MARTINS; LUCA, 2006, p. 54-57).

Basicamente, durante toda a chamada Era Vargas, a imprensa esteve sob vigilância do governo. O DOP, neste contexto, representou o início de um longo processo de criação de órgãos de controle da imprensa e propaganda no período. Dessa forma, o DOP se transformou em Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) em 1934; o DPDC foi substituído pelo Departamento Nacional de Propaganda (DNP) em 1938; e a culminância deste processo com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em 1939 (MARTINS; LUCA, 2006, p. 170). Nelson Werneck Sodré observou que foi exatamente na fase ditatorial da Era Vargas que a Associação Brasileira de Imprensa teve o seu patrimônio enriquecido (SODRÉ, 1966, p. 354). Marialva Barbosa diz que o período inaugurado em 1930 é marcado por ambiguidades no campo jornalístico. Segundo a autora, o período é sempre lembrado nos depoimentos dos homens da imprensa como um momento de total cerceamento de liberdade. Entretanto, Barbosa afirma que não se pode considerar de forma unânime que

toda a grande imprensa foi atingida negativamente pela política ditatorial de Getúlio Vargas. Para Barbosa:

A complexidade das relações políticas, que se inicia com a coalizão de forças que assume o poder em 1930, se reflete na própria configuração do jornalismo do Rio de Janeiro, que funciona nas cercanias do poder. Ainda que haja a clara utilização dos meios de comunicação – inclusive os mais modernos, como o rádio – para atingir um público agora identificado como massa, há também o alinhamento dos dirigentes das principais publicações com o regime. Ainda que haja encampação de alguns periódicos, perseguição de outros tantos, há mais proximidades, acordos e relações conjuntas entre os homens de governo e os homens de imprensa que divergências (BARBOSA, 2007, p. 103).

No caso específico do Distrito Federal, o Governo Provisório, ao criar o Departamento de Censura e Publicidade,² conseguiu censurar com eficiência os órgãos da imprensa carioca. Ainda segundo Marialva Barbosa, com base em depoimento do jornalista Álvaro Vieira, foi a partir da Guerra de 1932 que a censura passou a ser prévia e que os censores se transferiram para as redações dos jornais (BARBOSA, 2007, p. 120). Esta medida fez com que os opositores do governo ficassem sem espaços na imprensa para divulgar e acessar notícias que consideravam condizentes com o seu posicionamento político. Além disso, a censura implementada pelo governo fez com que os opositores desacreditassem alguns jornais, sobretudo os ligados ao governo. Dessa forma, uma das soluções criadas pela oposição foi recorrer à publicação de jornais clandestinos.

A imprensa clandestina na Guerra de 1932: os jornais *A Estrella* e *Nove de Julho*

Durante a Guerra de 1932,³ mais conhecida como Revolução Constitucionalista de 1932, circularam clandestinamente na capital os jornais *A Estrella* e o *Nove de Julho*. Dada a natureza clandestina da sua publicação, *A Estrella* contava com um *layout* simples, sem imagens e com apenas quatro páginas. Os artigos do jornal não eram assinados, exceto quando se tratavam de manifestos e proclamações de indivíduos que se encontravam em outras regiões do país, marcadamente São Paulo. De vida efêmera, *A Estrella* contou com seis edições, sendo que conseguimos acesso a apenas quatro delas.⁴ No caso do *Nove de Julho*, tivemos acesso a apenas duas edições.⁵ Ainda sobre o *Nove de Julho*, o jornal parece ter contado com um suporte maior, tendo em vista que o

jornal mantinha um *layout* mais primoroso e que em suas duas edições foram utilizadas imagens.⁶

A publicação de jornais como *A Estrella* e o *Nove de Julho* serviu para que os opositores do Governo Provisório tivessem acesso às informações não veiculadas na grande imprensa⁷ por conta da censura. Além disso, havia uma descrença, pelo menos para os opositores, das matérias veiculadas pela ampla maioria dos jornais. Neste sentido, já na sua primeira edição, do dia 25 de julho de 1932, *A Estrella* justificou o seu aparecimento. Segundo seus autores:

Num momento angustioso e emocionante como este, em que o povo vê desertar do campo da honra, por falta de energia moral ou por qualquer outro motivo, os jornaes que, em outros tempos, se diziam defensores calorosos de seus direitos; nesta hora, que é a mais grave de quantas temos vivido, depois da implantação da República entre nós, quando a Dictadura, desesperada, impede, por todos os meios e modos, a circulação da verdade, – o apparecimento desta humilde folha, tão modesta no tamanho como grande commetimento, é mais, muito mais que uma necessidade: chega a ser um dever. Há uma quinzena que esse mesmo povo, esse pobre e desgraçado povo, abre sofregamente as gazetas cariocas, em busca de uma noticia que o ponha ao par da situação, ou de uma palavra; mesmo velada, que lhe vá directa ao coração. E em ves disso, elle vê que de lado, nos jornaes independentes, a mão implacável do Governo Provisório amordaça a voz das consciências livres; e, de outro, os jornaes getulistas occultam os factos, torcem a realidade, adulteram os acontecimentos e até negam a justiça a um movimento sabidamente, visivelmente, apaixonadamente popular (*A Estrella*, 25 jul. 1932).

Para *A Estrella*, tanto os jornais getulistas quanto os independentes se encontravam amordaçados pela censura, ocultando os fatos e torcendo a realidade. Para o jornal, desde o início do conflito, o povo carioca procurou uma notícia nos jornais que o pusesse a par da situação ou de uma palavra que fosse “direta ao seu coração”. Dessa forma, *A Estrella* se referia a notícias que fossem favoráveis ao seu posicionamento político. Num período em que a imprensa era instrumento político, a publicação de jornais desta natureza serviu não apenas para propagar notícias, quer estas fossem verdadeiras ou não, mas também como um mecanismo de mobilização política. Segundo Maria Luiza Tucci Carneiro, o “jornal – assim como a literatura, a fotografia e o rádio – sempre se apresentou como alternativa eficaz de propaganda política” (DUTRA; MOLLIER, 2006, p. 159).

O clandestino *Nove de Julho*, em matéria visando a sua divulgação, evidenciava a atuação política destes jornais. Na nota, o impresso pediu ao leitor que:

Leia, tire muitas cópias das notas que lhe parecem merecedoras de maior divulgação e distribua aos seus amigos para que as copiem e distribuam também. Ajude, assim, a abreviar pelo conhecimento da verdade, a victoria das armas paulistas, que são as armas do Brasil (*Nove de Julho*, 27 ago. 1932).

A nota, a princípio com o mero intento de ampliar o poder de divulgação do jornal, nos ajuda a entender o porquê de jornais desta natureza surgirem durante a Guerra de 1932. Seus autores acreditavam que, com a divulgação de matérias contrárias ao governo e que correspondiam à sua verdade, poderiam levar à abreviação do conflito com a “victoria das armas paulistas”. Foi inserido nesta lógica que os jornais clandestinos atuaram na capital durante a Guerra de 1932, como um potencial meio de difundir propaganda política contrária ao Governo Provisório.

Os autores do *A Estrella* também pediram aos seus leitores que ajudassem a divulgar o jornal. Assim, recorreu o impresso:

No intuito de dar maior divulgação às pregações desta folha, pedimos a cada leitor que reproduza em manuscritos, ou em copias dactylographadas, ou em mimio-graphos e até avulsos impressos – e os distribua com eficiencia – todos os artigos, noticias e manifestos, que, a criterio de cada um, possam produzir bom resultado. Desejaríamos, entretanto, que a ‘A victoria é certa!’ e a ‘Exhortação á terra de Tiradentes’, principalmente em Minas Geraes, tivessem, sobre os demais, a preferencia que nos parece aconselhavel (*A Estrella*, 25 jul. 1932).

Neste caso, o impresso além de procurar ampliar a sua divulgação através de reproduções utilizando a datilografia ou o mimeógrafo como recursos, também solicitava ao seu leitor que o fizesse com eficiência. Foi neste sentido que *A Estrella* pediu para que os textos “A victoria é certa” e “Exhortação á terra de Tiradentes”, da edição em questão, fossem privilegiados no momento da propagação. Como os estados do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais eram vitais para assegurar uma vitória militar, os autores enfatizavam a reprodução destas matérias no estado mineiro, tendo em vista a proximidade geográfica de Minas Gerais com o Rio de Janeiro.

A despeito deste tipo de imprensa, Nelson Werneck Sodré a definiu como pequena imprensa. O autor compreendia a pequena imprensa em dois planos:

A que é pequena tão somente por condições materiais, relegada ao interior do país, e que em nada perturba a estrutura social, econômica e política dominante, e nem mesmo a consequente estrutura da grande imprensa, e a que agrupa as publicações de circulação reduzida e de pequenos recursos materiais, mas que mantém uma posição de

combate à ordem vigente e cuja condição deriva dessa posição (SODRÉ, 1966, p. 370).

Ainda que a análise de Sodré privilegiasse a pequena imprensa associada aos movimentos políticos de esquerda, acreditamos que o raciocínio em questão também se aplica ao nosso caso. Assim defendemos porque a imprensa clandestina durante a Guerra de 1932 não só combateu a ordem vigente, como também foi combatida pela polícia do Distrito Federal. Sua capacidade de perturbação da ordem chamou a atenção da polícia na capital, levando as autoridades a adotarem medidas que evitassem a sua produção e circulação. No Relatório do ano de 1932 da Seção de Ordem Social e Política, a polícia descreveu tanto o combate ao *A Estrella* quanto ao *Nove de Julho*.⁸ Relatando os diferentes meios de “agitação”, o relatório dizia que os “agitadores”:

Não satisfeitos fizeram publicar dois jornaes, ‘A Estrella’ e o ‘9 de Julho’, impressos clandestinamente, ora numa typographia, ora noutra, procurando por esse meio desorientar a acção da Policia que andava no seu encalço. Luctou-se, realmente com dificuldades, para conseguir-se, afinal, descobrir o local onde eram impressos e apprehender todo o material utilizado na sua confecção. Graças á pertinacia da acção policial, não mais circularam esses jornaes, vehiculos de noticias alarmantes, falsas e terroristas. Combatidos assim, cessaram as fontes de propaganda de que lançavam certo de individuos para pregar a subversão da ordem e da tranquillidade publicas. Foram presos os mais exaltados encontrados na pratica dessa propaganda, porque a sua reclusão se tornava uma necessidade para a tranquillidade da Capital (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. DESPS, Relatório da Seção de Ordem Social e Segurança Pública. Notação: 864).

Em trabalho que analisa a censura exercida em São Paulo pelo DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social), Maria Luiza Tucci Carneiro diz que a expressão “imprensa alternativa”, caracterizada pela autora como a “trajetória de múltiplos jornais efêmeros que sufocados pelo poder tentavam circular nas sombras”, é muito oportuna na história do Brasil. Segundo Carneiro, tanto na “ditadura Vargas” quanto na “ditadura militar pós-64”, este tipo de imprensa foi atuante, manifestando-se silenciosamente e que “nos porões da sociedade, sussurravam mensagens de luta alimentando os movimentos de resistência” (CARNEIRO, 2002, p. 48). Segundo a autora, as tipografias que prestavam serviços “revolucionários” podiam ser classificadas em artesanais e as que funcionavam como indústrias gráficas. No caso das artesanais, predominavam as condições precárias e o improvisado, “como se fossem uma espécie de ‘cozinha’ tipográfica montada nos bastidores de uma residência”. Já as tipografias que

funcionavam como indústria, ainda que de pequeno porte, o impresso era tratado como uma mercadoria. Ainda sobre a indústria gráfica, Carneiro ressalta que esta somente assumia a edição de um livro sedicioso, em nosso caso um jornal, se houvesse algum tipo de relação com o cliente, quer seja ideológico ou de amizade. Segundo a autora, “os riscos eram evidentes: no caso de uma delação: a firma teria a sua produção apreendida e o seu espaço ‘lacrado’ pela polícia” (CARNEIRO, 2002, p. 72).

Foi por esta razão que os autores do impresso *A Estrella*, ciente dos riscos que envolviam a sua publicação, adotaram estratégias que procuravam ocultar o local da sua confecção e conseqüentemente despistar a polícia. Na edição de 29 de julho, o jornal esclareceu que:

Um jornal da natureza deste não pode ser impresso em uma só officina. Hoje, nós imprimimos aqui; amanhã, ali; e, assim por diante, enquanto Deus nos dê animo e vigor, iremos luctando com o mesmo entusiasmo e elevação de vista do nosso primeiro numero, pela conquista do ideal brasileiro. Felizmente, não nos têm faltado – e gratuitamente, é preciso que se diga – quem se promptifique a colaborar connosco na obra de libertação da nossa Patria (*A Estrella*, 29 jul. 1932).

Não podemos confiar totalmente na versão dos autores do *A Estrella* de que realmente realizavam a impressão do jornal em mais de uma oficina. Devemos levar em consideração que esta afirmação também podia ser uma artimanha dos autores, levando a polícia a crer que havia um revezamento no local da sua impressão. Neste mesmo sentido, podemos encontrar no final da edição de 27 de agosto do jornal *Nove de Julho*, o endereço que os seus autores desejavam que a polícia acreditasse ser o da sua confecção “Typ. Confiança – Rua Libero Badaró, 50 – São Paulo”. Neste último caso, sabemos pelo relatório da polícia política que de fato tratava-se de um embuste, pois os investigadores conseguiram descobrir e prender alguns elementos da tipografia que imprimia o *Nove de Julho*. Dessa forma, a produção clandestina destes impressos exigiu dos seus autores cautela e organização. Álvaro Gonçalves Antunes Andreucci, também analisando jornais clandestinos de esquerda, fala da estrutura de suporte necessária para a produção de impressos desta natureza:

Uma estrutura de suporte para a produção clandestina desses impressos tinha que ser articulada, abrangendo desde a compra de papel, a instalação de uma gráfica e a contratação de técnicos, até a distribuição e divulgação, envolvendo um grande número de pessoas e equipamentos. Essa mobilização fazia parte da estrutura do circuito

cultural clandestino, que contava com uma presença significativa no período de 1930-1945 (ANDREUCCI, 2006, p. 170-171).

A necessidade de organização e os riscos da produção de uma imprensa clandestina pressupõem um engajamento político de seus autores. Sem valor comercial, estes jornais representavam o posicionamento político de determinados indivíduos da sociedade que pregavam estarem a serviço da “causa constitucionalista”. No que diz respeito ao comprometimento político, os autores do *Nove de Julho* fizeram questão de frisar o quanto estavam empenhados. Na edição de 3 de setembro, o jornal explicava que o:

‘Nove de Julho’ é distribuído gratuitamente. ‘Nove de Julho’ é mantido por um pequeno grupo de brasileiros dignos, devotados á causa constitucionalista do paiz. Não pede nem aceita auxilios senão desse pequeno grupo de bons patriotas perante os quaes se faz identificação de modo a não deixar duvidas (*Nove de Julho*, 3 set. 1932).

Sendo assim, os jornais clandestinos de oposição ao Governo Provisório atuaram politicamente e ajudaram a propagar informações, manifestos ou proclamações que a grande imprensa não divulgava por conta da censura. Para o movimento irrompido em São Paulo, era fundamental que a população carioca tivesse acesso aos manifestos redigidos na cidade. Se o objetivo era conquistar o apoio dos cariocas – e de outras regiões –, precisavam estabelecer um canal de comunicação com a capital que pudesse ter um amplo alcance. Dessa forma, a imprensa clandestina foi amplamente utilizada. Já na primeira edição do jornal *A Estrella*, foi transcrito um manifesto redigido em 12 de julho 1932 pelos proeminentes políticos e militares Pedro de Toledo, general Isidoro Dias, general Klinger, Francisco Morato e Antonio de Pádua Salles. Neste, os líderes do movimento em São Paulo diziam que:

Pelo que o povo, a guarnição federal e a força publica de São Paulo, fraternizando com civis e militares de Matto Grosso e em estreita cooperação com correntes as politicas e milicias do Rio Grande do Sul, Minas Geraes e outros Estados, pédem se tranquilisem seus compatriotas e annunciam-lhes que o movimento ha de generalisar-se e prosseguir victorioso, com o duplo e fundamental intento de entregar o Governo Federal a uma junta, que, dentro do praso estrictamente indispensavel para o preparo e o funcionamento da Assembleia Constituinte, leve o Paiz ao regimen constitucional e de pôr em vigor, immediatamente, a Constituição de 24 de fevereiro de 1891 [...] A junta Governativa Nacional compôr-se á de cinco membros, um do Rio Grande do Sul, um de São Paulo, um de Minas Geraes, um do Districto Federal e um do Norte, elegendo dentre eles um para seu

presidente. TUDO PELA UNIÃO, FELICIDADE E GRANDEZA DO BRASIL (*A Estrella*, 25 jul. 1932).

O manifesto redigido em São Paulo e publicado no *A Estrella* tem alguns pontos essenciais e que foram claramente redigidos pensando nos leitores fora de São Paulo. Neste sentido, procuravam demonstrar que o movimento contava com ampla adesão militar e civil de São Paulo e Mato Grosso e com a cooperação política e miliciana do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais. O manifesto procurou passar a certeza de que o movimento iria se generalizar e se tornar vitorioso. Por fim, explicava como iria funcionar o governo após a vitória do movimento. A administração do país se daria por meio de uma “Junta Governativa Nacional”, que contaria com cinco membros de regiões diferentes. A proposta endossava o discurso de São Paulo de que o movimento não era por São Paulo, e sim para o Brasil. Não tendo fundamentos egoístas ou regionais, a guerra iniciada, segundo a cúpula paulista, visava à “UNIÃO” e à “GRANDEZA DO BRASIL” sob um regime constitucional.

A despeito do posicionamento do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, o jornal *A Estrella* procurou enfatizar o quanto era iminente a adesão destes estados. Na matéria “Exhortação á terra de Tiradentes”, o jornal afirmou que “Minas não quer ficar com São Paulo porque já está com elle!”. No caso do estado sulista, o impresso afirmou que o “coração gaúcho já começou a sangrar, no Rio Grande do Sul, em defesa da liberdade” e discorria sobre um movimento iniciado por Batista Luzardo contra o interventor Flores da Cunha. O *Nove de Julho* também se referiu a este tema na sua edição do dia 27 de agosto. Mesmo que o conflito já tivesse um mês de duração, o jornal veiculava o apoio de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul ao movimento liderado por São Paulo:

A Nação levantou-se em armas, sob a liderança de São Paulo, no mais impressionante movimento revolucionario que já irrompeu em nosso paiz. E, de armas nas mãos, ahí está exigindo que o trahidor abandone o governo, livrando o Brasil da sua actuação calamitosa. São Paulo, com o apoio moral de todos os Estados, com o apoio armado de Matto Grosso, do Rio Grande do Sul e Minas Geraes, com o apoio de grande parte das forças do Exercito e da quase totalidade da Marinha, vencerá sem duvida, na pugna titânica a que se entregou com uma decisão assombrosa (*Nove de Julho*, 27 ago. 1932).

Ainda que o foco do *A Estrella* e do *Nove de Julho* fossem o Rio Grande do Sul e Minas Gerais, estes impressos também publicaram notícias de levantes realizados em outros estados. A revolta do Forte de Óbidos, no Pará, foi noticiada pelo *Nove de Julho*. Segundo o jornal:

Não andam lá muito catholicas as coisas politico-militares, pelo extremo norte. É que o povo do septentrião brasileiro está farto de soffrer a humilhação da sub-dictadura dos tenentes outubrinos, que o sr Getulio lhes mandou de encomenda. Ha dias um batalhão que vinha combater os separatistas de São Paulo e ao mesmo tempo libertar o glorioso povo bandeirante das garras do ‘fascio’ mussolinista, conforme apregoaram todos os dias imbecil da Imprensa Nacional, teve que voltar do caminho, sabe Deus por que. Agora é o forte de Óbidos que se revolta... Sabem que fez o governo tenentista para dominar a revolta? Mandou seguir o velho ‘Floriano’, com as suas torres desconjuctadas e o casco remendado a cimento fazendo agua, para... bombardear o forte e subjugar os revoltosos. O ‘Floriano’ partiu ante-hontem. Na sua marcha de tartaruga chegará um dia ao ponto de destino. E então... Vae ser uma beleza! Mais uma adesão á causa nacional da volta ao regimen da lei! (*Nove de Julho*, 27 ago. 1932).⁹

O jornal explicava que um batalhão vindo da região para combater pelo Governo Provisório precisou retornar por conta do levante do Forte de Óbidos. O impresso também denunciava que estes batalhões vinham lutar em São Paulo com base em mentiras contadas pelo governo, neste caso, de que eles estavam vindo lutar contra o fascismo de Benito Mussolini. O jornal ainda frisava que se tratava de adesão a uma causa nacional, enfatizando assim que o movimento não era reservado ao estado de São Paulo. Ainda na mesma edição, o *Nove de Julho* publicou uma matéria referente à manifestação de estudantes na Bahia. Segundo a matéria:

A briosia mocidade bahiana, que estava tardando a se definir em pról da causa nacional, vem de se manifestar, corajosamente, na metropole do Estado. Na tarde de segunda-feira ultimo, os estudantes de S. Salvador occuparam o edificio da Faculdade de Medicina, e ali encrincheirando-se, com as parcas armas que puderam obter, resistiram até ás 20 horas, as tropas do tenente Juracy Magalhães. [...] A terra-mater da nacionalidade, o grande Estado nortista, não poderá suportar, por muitas horas mais, o tacão da bota e as esporas de um simples tenente, cujas credenciaes de commando militar não vão além de uma duzia de soldados...(Nove de Julho, 27 ago. 1932).¹⁰

Fica evidente que o *Nove de Julho* almejava com estas matérias demonstrar que o Governo Provisório se encontrava debilitado e que a insatisfação contra ele se dava num plano nacional, e não apenas regional. Não obstante, é comum encontrar nestes textos previsões sobre como a população iria ou deveria se portar diante destes eventos, dando como certo a sua adesão ao movimento contrário ao Governo Provisório. A vitória do movimento oposicionista era tida pela imprensa clandestina como um fato

que poderia ocorrer a qualquer momento, e o carioca deveria se encontrar preparado para este momento. A derrota do Governo Provisório também dependia do entusiasmo, da vibração e da inquietação do povo carioca. Talvez seja com esta intenção que *A Estrella*, em sua segunda edição, adotou o subtítulo “Sustentae o fogo que a Victoria é nossa!”.

Conclusão

Ainda que a polícia se esforçasse ao máximo para evitar a disseminação de ideias e ideais contrários ao governo, não conseguiu evitar a publicação de jornais clandestinos como o *Nove de Julho* e *A Estrella*. No entanto, os esforços policiais fizeram com que estes jornais tivessem dificuldades em publicar, o que os levou a adotarem estratégias para que pudessem continuar a sua confecção e divulgação. Outrossim, cabe lembrar que as tipografias que rodavam ambos os jornais foram descobertas pela polícia do Distrito Federal. A respeito das circulações de ideias, Álvaro Gonçalves Antunes Andreucci afirma que, mesmo que o Estado procurasse ser detentor do tráfego de ideias, o cotidiano não se limitava apenas a uma única fonte divulgadora. Segundo o autor:

De livros clandestinos a autores consagrados, de jornais de direita a colunistas sob pseudônimos em jornais clandestinos, enfim, de conversas em mesas de botequim a reuniões de comunistas, as ideias encontravam as suas avenidas. E nesses caminhos tortuosos, muitas vezes, chocavam-se com a polícia (ANDREUCCI, 2006, p. 53).

Dessa forma, no Distrito Federal, o Governo Provisório travou uma verdadeira batalha pelo monopólio da circulação de ideias. Neste sentido, a polícia da capital teve uma relevante participação no combate à produção e circulação de impressos clandestinos.

Referências

Acervos consultados

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).
Hemeroteca da Biblioteca Nacional (BN).
Hemeroteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Bibliografia

ANDREUCCI, Álvaro Gonçalves Antunes. *O risco das ideias: intelectuais e a polícia política (1930-1945)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas; Fapesp, 2006.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil – 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, ideias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas*. São Paulo: Ateliê Editorial, PROIN – Projeto Integrado Arquivo do Estado/USP; FAPESP, 2002.

_____. KOSSOY, Boris (org.). *A imprensa confiscada pelo DEOPS: 1924-1954*. São Paulo: Ateliê Editorial; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

CONNIFF, Michael L. Os tenentes no poder: uma nova perspectiva da Revolução de 30. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima (org.). *Os militares e a Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima (org.). *Os militares e a Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HILTON, Stanley. *A guerra civil brasileira: história da Revolução Constitucionalista de 1932*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

LOPES, Raimundo Hélio *Um Vice-Reinado na República do Pós-30: Juarez Távora, as interventorias do Norte e a Guerra de 1932*. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Ed. Unesp, 2006.

_____. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

OLIVEIRA, Walter Pinto. *Memórias de uma revolta esquecida: o baixo Amazonas na Revolução Constitucionalista de 1932*. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

RIBEIRO, Felipe Castanho. A historiografia da Guerra de 1932 e a sua amplitude. *Mosaico*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 12, p. 226-247, jun. 2017. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/65514>>. Acesso em: 5 out. 2017.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

¹ No que diz respeito à imprensa, o auge desta tensão ocorreu com o empastelamento do jornal *Diário Carioca* por um grupo tenentista, em 25 de fevereiro de 1932. Um dia antes de ser empastelado, o jornal publicou uma matéria criticando acintosamente a instituição tenentista Clube 3 de Outubro. Por ter sido realizado por oficiais tenentistas e por saber que seu ministro de Guerra dava apoio ao Clube 3 de Outubro, Getúlio Vargas impediu a realização de um inquérito mais profundo e não puniu os culpados. Este fato levou a uma crise política ocasionada pela demissão dos políticos gaúchos: Batista Luzardo,

chefe de polícia do Distrito Federal; Mauricio Cardoso, ministro da Justiça; Lindolfo Collor, ministro do Trabalho; e João Neves, consultor jurídico do Banco do Brasil. Posteriormente, este grupo participou da confecção do Heptálogo, que ajudou a agravar a crise política. Sobre o episódio do empastelamento, ver: CONNIFF, 1979, p. 147-148. E para uma análise do Heptálogo, recomendamos a leitura de: LOPES, 2014, p. 187-189.

² Conforme o decreto nº 21.611, de 12 de julho de 1932.

³ Pudemos expor em outro texto o porquê de utilizarmos a nomenclatura Guerra de 1932. Neste sentido, indicamos a leitura do artigo RIBEIRO, 2017, p. 226-247. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/65514>>. Acesso em: 5 out. 2017.

⁴ As edições 1, 2 e 4 de *A Estrella* foram consultadas na Hemeroteca da Biblioteca Nacional e se encontram disponíveis no site da instituição. Já a sua sexta edição se encontra na Hemeroteca do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Não conseguimos localizar a edições correspondentes aos números 3 e 5 do jornal.

⁵ Ambas as edições foram consultadas na Hemeroteca do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.

⁶ Boris Kossoy afirma que as imagens eram um importante aliado dos jornais revolucionários, sobretudo numa sociedade em que a taxa de analfabetismo era elevada. Ainda a este respeito, quando utilizadas fotografias nos jornais sediciosos, estas tinham a intenção de denunciar ou testemunhar determinado fato. A segunda edição do *Nove de Julho* utilizou deste recurso ao publicar a fotografia dos presos políticos que se encontravam no navio prisão *Pedro I*, com o intuito de denunciar a lotação dos presídios e criticar a atuação da polícia. KOSSOY, 2003, p. 11-18.

⁷ Segundo Nelson Werneck Sodré, a grande imprensa se constituiu no início do século XX e é fenômeno sobretudo das capitais, onde o jornal ingressa definitivamente na fase industrial. Sendo pequena ou não, a imprensa era agora uma empresa com estrutura comercial inequívoca. SODRÉ, 1966, p. 314-315. Tânia Regina de Luca afirma que a expressão grande imprensa é vaga e imprecisa, mas de forma genérica “designa o conjunto de títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro”. MARTINS; LUCA, 2015, p. 149.

⁸ O relatório elaborado pela Polícia do Distrito Federal não trouxe informações sobre as tipografias e os responsáveis pelas confecções dos jornais *Nove de Julho* e do *A Estrella*. Por meio das fontes levantadas, também não foi possível reconstituir a forma como estes impressos eram distribuídos na sociedade carioca.

⁹ Para mais detalhes sobre o levante do Forte de Óbidos, recomendamos a leitura da dissertação de Walter Pinto de Oliveira, *Memórias de uma revolta esquecida: o baixo Amazonas na Revolução Constitucionalista de 1932*.

¹⁰ Stanley Hilton analisou, sucintamente, tanto o evento do Forte de Óbidos, quanto o dos estudantes de Medicina na Bahia. HILTON, 1982, p. 308-309.